



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638632 - SP (2021/0001434-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA BARBOSA OLIVEIRA - MG134138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO VINICIUS MORAIS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO VINICIUS MORAIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1504913-19.2018.8.26.0228).

O paciente foi condenado ao cumprimento das penas de 9 meses de reclusão em regime inicial fechado e de multa, pela prática do crime tipificado no art. 155, § 4º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta que o magistrado de primeiro grau condenou o paciente à pena de 9 meses de reclusão e fixou o regime inicial fechado, desconsiderando a devida aplicação da detração penal, visto que ficou preso cautelarmente por mais de 8 meses.

Argumenta que é imperiosa a aplicação do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, com o desconto do tempo de prisão cautelar do paciente, para fixação do regime inicial de cumprimento de pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão definitiva da ordem para que seja fixado o regime inicial aberto ou semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se da ementa do acórdão proferido pelo TJSP:

APELAÇÃO. FURTO QUALIFICADO TENTADO. Concurso de

agentes. Materialidade e autoria inquestionáveis. Confissão confirmada pelos relatos seguros e coesos da vítima e dos policiais militares. Qualificadora evidenciada. Princípio da insignificância. Descabimento. Condenação mantida, a par de não impugnada. Pena-base acima do piso em face de circunstância judicial desfavorável representada por antecedente desabonador. “Bis in idem”. Inocorrência. Duplicidade de condenações suportadas pelo réu, sendo uma delas considerada para delinear a reincidência. Errática compensação entre a recidiva e a confissão, contrariando jurisprudência atual e pacífica da SUPREMA CORTE. Atenuante, ademais, inconciliável com a prisão em flagrante, consoante também assentou o Excelso Pretório. Substituição da corporal por restritivas de direitos obstaculizada pelo quadro negativo, também inconciliável com regime prisional diverso do fechado. Detração a ser analisada pelo juízo das execuções. Recurso parcialmente provido apenas para redimensionar a pena de multa.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente